



**MINUTA DE ATA DA 9ª REUNIÃO DO
COMITÊ ESTADUAL DE RESÍDUOS
SÓLIDOS - CERS, REALIZADA EM 23 DE
MARÇO DE 2021.**

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e vinte um, foi realizada a nona Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Resíduos Sólidos – CERS, na Sala Online da Plataforma Microsoft Teams, quando foi discutida a seguinte pauta: **1.** Abertura da Reunião; **2.** Leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião Ordinária do CERS; **3.** Questão tributária da operacionalização da Logística Reversa de produtos eletroeletrônicos e eletrodomésticos no estado do Amazonas; (Apresentação da ABREE); **4.** Relatório preliminar da Semmas sobre a Logística Reversa de pneus em Manaus; **5.** A Logística Reversa no Amazonas dos seguintes setores: Pilhas e baterias; Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens; Baterias de chumbo ácido; Embalagens e filtros de óleos lubrificantes; Óleos lubrificantes usados ou contaminados (OLUC); Medicamentos vencidos ou em desuso; **6.** Informações sobre as atividades atuais do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis – MNCR no Amazonas; **7.** Atualização dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos; **8.** O que houver. **Estiveram presentes os seguintes membros:** Ronaldo Pimentel Mannarino (SEMA), Chistina Fischer (SEMA), Edmar Lopes (SEDECTI), Renée Veiga (FIEAM), Fernanda Pereira (FIEAM), Antônio Ademir Stroski (SEMMAS), Aldenira Queiroz (SEMMAS), Rodrigo Couto (UFAM), Jefferson Quadros (UEA), Suelen Ramos (MNCR), Samir Sales (CREA/AM), Cyntia Costa Lima (OAB), Robério Arruda (SINDUSCON), Waldo Guimarães (AENAMBAM), Rubens Bentes da Silva (AENAMBAM), Nílío Portela (FECOMERCIO). **Convidados e Ouvintes:** Mara Ballam (ABREE), Sérgio Maurício (ABREE), Bruno Gomes (UEA) Vitória Castro (EURECICLO), Rosa Mariete (IPAAM). **Apoio Técnico do CERS:** Daniele Mota (SEMA), Caroline Santos (SEMA). **Instituições ausentes:** SUFRAMA, SEMULSP AAM, CAAMA/ALEAM. **Ausências justificadas:** Rodrigo Couto (UFAM). **1.** O **Secretário Executivo do Comitê, Sr. Antônio**



33 **Stroski**, iniciou à 9ª Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Resíduos Sólidos
34 – CERS, e depois passou a palavra para o representante da SEMA. **2.** O
35 **representante da Sema, Sr. Ronaldo Mannarino** fez a leitura da minuta de
36 ATA da 8ª reunião e submeteu aos membros a análise e aprovação da mesma,
37 e foi APROVADA sem nenhuma sugestão de correção. **3.** O **Secretário**
38 **Executivo do Comitê, Sr. Antônio Stroski** explicou que o próximo item seria
39 a apresentação da Abree sobre logística reversa de eletroeletrônicos visto que
40 a Abree e Eletros estão nas tratativas de antecipação de um ano no
41 compromisso das metas colocadas no Decreto Nacional de Logística Reversa
42 de Eletroeletrônicos. Falou também que, para efetivamente a logística reversa
43 ser implantada existe uma problemática a partir da manufatura reversa, dado a
44 questão tributária. E há claro entendimento que o Comitê precisa se posicionar
45 após a apresentação, pois o assunto será fatalmente abordado no âmbito da
46 Secretaria de Fazenda. A **Gerente Executiva da Abree, Sra. Mara Balaam**
47 Agradeceu em nome da sua entidade a oportunidade de fazer a apresentação
48 focada na questão tributária, que afeta diretamente a implementação da
49 logística reversa no Amazonas. Nós obedecemos ao Decreto Federal 10.240
50 de 2020, ele traz metas quantitativas e estruturantes, além de traduzir em
51 números o primeiro ano. E de forma excepcional inclui o estado do Amazonas.
52 Pela obrigação legal de atingir 24 municípios neste primeiro ano, contemplamos
53 uma decisão no Conselho da abre, a também implementação no Amazonas
54 através do município de Manaus. Daí entrando na problemática citada pelo
55 Secretário Antônio Stroski, a Abree iniciou uma tratativa com fornecedores, para
56 entender qual que seria a forma de trânsito dos produtos descartados pelos
57 consumidores e pelos munícipes, notadamente de Manaus. Tivemos uma
58 devolutiva que é um risco de fiscalização. Principalmente pela condição que a
59 Zona Franca traz de incentivos para partes e peças, há sempre uma suspeita
60 ou alguma condição por conta do fisco nas Barreiras alfandegárias do Estado.
61 Essa é uma questão para se avaliar quanto da operacionalização do Amazonas.
62 Outras duas condições do lado direito é que temos uma condição diferente
63 dessa tratativa e desse risco de fiscalização, uma possível confusão nas
64 barreiras alfandegárias estaduais pode acontecer justamente porque nós



65 estamos transitando muitas vezes um produto que foi descartado pelo
66 consumidor. O ponto importante é não confundir nem produtos, nem partes e
67 peças que foram produzidos no Polo Industrial de Manaus com o que está sendo
68 descartado no sistema de logística reversa. O sistema de logística reversa é
69 uma política pública e tem que recepcionar todos os tipos de produto, todas as
70 categorias de produtos e marcas. Desde o descarte de um aparelho celular até
71 um refrigerador. Em linha com o que o próprio Decreto Federal traz no seu artigo
72 8º item f, para que a operacionalização ocorra de fato, com uma isenção de
73 impostos na saída desses produtos entre Estados, trazemos para submissão e
74 avaliação dos membros do CERS o convênio 99 de 2018 e o ajuste SINIEF do
75 mesmo ano. O convênio 99 de forma resumida trás em destaque a isenção de
76 ICMS nas operações de transporte dos produtos e de seus componentes para
77 o âmbito do sistema de logística reversa. Porém ele é um convênio autorizativo,
78 que depende da Adesão do Estado em relação a essa tratativa e conseguinte
79 sua incorporação. O ajuste SINIEF segue a mesma linha e dispensa emissão
80 de nota fiscal para esse processo. Logo, o simples romaneio atingiria a questão
81 do que se imagina de trânsito dentro do Estado. Esclarecendo que o Decreto
82 Federal trata do trânsito entre estados, enquanto que o convênio 99 e ajuste
83 SINIEF tratam somente do âmbito estadual. Recentemente foi identificado que
84 as regras do ajuste SINIEF foram incorporadas através do Decreto 40.105 de
85 2018 para dispensa da emissão de nota fiscal ainda dentro do âmbito do Estado
86 do Amazonas. Isto posto, A **Sra. Mara Ballam** pediu que o Amazonas incorpore
87 também o convênio 99 de 2018 que é a extensão dos efeitos da aplicação do
88 ajuste SINIEF para as operações interestaduais, notadamente para os produtos
89 de refrigeração que infelizmente no Brasil estão somente há na região Sul e
90 Sudeste, com unidades fabris específicas para tratamento de gás, espuma,
91 entre outros requisitos necessários para o tratamento. Podemos se desejarem
92 encaminhar um modelo via ofício ao CERS para que possa ser
93 fornecido/apresentado à Sefaz do Estado. O **Secretário Executivo do Comitê,**
94 **Sr. Antônio Stroski** pediu um esclarecimento adicional para os membros do
95 Comitê que eventualmente não tenham acompanhado e entendam como são
96 as etapas do ciclo da logística reversa e que isso se dará a partir da manufatura



97 reversa. Onde alguém qualificado, empresa qualificada, com pessoas treinadas
98 e qualificadas vão fazer o desmonte dos materiais que irão para etapa do
99 transporte interno seguido do transporte interestadual. Em que momento
100 precisaremos dessa regulamentação? A **Sra. Mara Balaam** respondeu que a
101 regulamentação é necessária a partir do momento em que o município ou
102 varejistas consolidam um material recebido pelo consumidor. Nesse sentido é
103 necessário o transporte (logística secundária) que sai do ponto de consolidação
104 dentro do estado e segue para empresas de manufatura reversa (recicladora)
105 para que se faça o tratamento devido. Se não houver essa solução tributária,
106 fica impossível compartilhar bons resultados da operacionalização do sistema.
107 A Abree como entidade, espera reduzir o Impacto e claramente o mais desejado
108 é que surjam empresas capacitados em todos os estados para que o tratamento
109 devido seja feito dentro do Estado, sem a necessidade de transitar entre
110 Estados, podendo então reduzir os custos da entidade. Seria uma grande
111 vantagem ter pelo menos por região empresas e infraestrutura necessária para
112 fazer as tratativas de acordo com as normas técnicas. A **Sra. Mara Balaam**
113 encerrou se dispondo em nome da Abree a encabeçar a conversa com a Sefaz
114 ou dar apoio ao corpo técnico para fazer a discussão caso necessário. A
115 **representante da FIEAM, Sra. Renée Veiga** elogiou a apresentação e
116 parabenizou o setor de eletroeletrônico que tem sido sempre muito eficiente,
117 tem conduzido muito bem as tratativas, principalmente em nível Nacional. Disse
118 também que a questão tributária já foi levantada há algum tempo pela FIEAM
119 para vários tipos de resíduos. Sugeriu agendar uma reunião com a Sefaz. Falou
120 ainda que a FIEAM dispõe de um setor específico para tratar de assuntos
121 tributários. A Federação das Indústrias apoia totalmente o setor e estão à
122 disposição. **4. O Secretário Executivo do Comitê, Sr. Antônio Stroski** disse
123 que desde 2020 observou alguns problemas de acúmulo de pneus descartados
124 e ficam no ambiente urbano de modo geral. Explicou ainda que a logística
125 reversa de pneus vem de um processo antes do Advento da política nacional de
126 resíduos sólidos. A resolução nº 416 CONAMA de 2009, dispõe sobre a
127 prevenção, a degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua
128 destinação ambientalmente adequada e dá outras providências. E também em



129 2010, o IBAMA editou uma portaria 001 de como seria a operacionalização do
130 regramento estabelecido pela resolução 416 do CONAMA. E a proposta da
131 secretaria executiva do CERS, alinhada com o presidente Eduardo Taveira é
132 incluir nas pautas das Reuniões Ordinárias do CERS um registro dos setores
133 com logística reversa ou acordos setoriais firmados a nível nacional. O **Sr.**
134 **Antônio Stroski** apresentou o diagnóstico da destinação de pneus usados em
135 Manaus com objetivo de entender o que está acontecendo com as borracharias
136 e as lojas que faz a comercialização dos pneus e a percepção mínima de como
137 está a logística reversa dentro do nosso território, particularmente Manaus. A
138 SEMMAS fez algumas abordagens dentro borracharias de algumas zonas da
139 cidade. Os fiscais também aplicaram um questionário bem sucinto em algumas
140 lojas para saber a frequência com que tem sido feita a comercialização e
141 destarte dos pneus usados. Também registraram problemas em céu aberto em
142 algumas borracharias em uma quantidade grande, inclusive em período de
143 inverno com a possibilidade de acúmulo de água em pneus e problema de
144 proliferação do Aedes Aegypti e identificou-se que algo não estava funcionando
145 adequadamente. Foi feito contato com a equipe do IPAAM para verificar os
146 termos colocado na licença ambiental e no processo da empresa Rio Limpo que
147 é uma das empresas que estava atuando no recolhimento dos pneus. Mas não
148 se tem números de metas e resultados nesse processo de recolhimento. O **Sr.**
149 **Antônio Stroski** explicou que algumas lojas centralizam o recebimento dos
150 pneus usados na matriz e outras contratam empresas particulares. Em todas as
151 borracharias visitadas nenhuma tem coleta e destinação adequada de pneus
152 usados e doam os pneus aleatoriamente para a população reaproveitar. Não se
153 sabe o quantitativo e se os pneus estão sendo destinados da forma correta
154 como diz o regulamento ou se eventualmente estão indo para o aterro da BR
155 319. Então sobre este ciclo dos pneus no Amazonas, particularmente em
156 Manaus, submetemos ao Comitê essa apreciação. A **representante do**
157 **Movimento Nacional dos catadores de Materiais Recicláveis, Sra. Suelen**
158 **Ramos**, disse que em relação aos pneus, a empresa que realiza a retira desses
159 objetos das borracharias é a Rio Limpo. Em relação aos pneus, a MNCR recebe
160 críticas, pois o material recolhido é utilizado como matéria prima na fabricação



161 de asfalto, passando pela moagem. A empresa que faz o recolhimento, poderia
162 remunerar os catadores de alguma forma, e isto, poderia ser mais uma fonte de
163 renda para eles. Sugeriu caso seja pertinente conversar com a Rio Limpo, pois
164 até onde se sabe, ela é a única empresa que realiza o recolhimento deste
165 resíduo. O **representante da UEA, Sr. Jefferson Quadros** disse que de
166 acordo com o que foi colocado na apresentação do Sr. Antônio Stroski, a
167 respeito da tributação, entende que o Estado do Amazonas possui mecanismos
168 diferenciados para efeito de logística reversa de diversos materiais, inclusive os
169 pneus. É necessário analisar todo o processo, levando em consideração as vias
170 fluviais. Lembrando que a região é diferente do sul e sudeste no processo de
171 logística reversa. Cada material deve ser analisado individualmente e quanto
172 aos pneus, especificamente, a realização da logística reversa no Amazonas é
173 algo complexo devido à distância. O ideal seria um reaproveitamento local dos
174 pneus. O Estado passa por outro problema, os resíduos produzidos na
175 construção civil. E sugeriu a participação da SINDUSCON (Sindicato da
176 Indústria da Construção Civil do Amazonas), para uso e reaproveitamento dos
177 pneus, para impermeabilização de vias públicas, para efeito de construção e
178 com isso evitar o transporte dos pneus, viabilizando a logística
179 reversa. O **representante do CREA/AM, Sr. Samir Sales** aproveitou a ideia do
180 Sr. Jefferson, de utilizar os pneus para a construção de muro de gravidade, de
181 arrimo, sendo um substituto para o gavião. Disse ainda que obteve a experiência
182 no México, onde trabalhava com a COGERAÇÃO. Lá usavam pneus como
183 insumo para aumentar as calorias de um forno. Em Manaus a empresa
184 NASSAU começou a fazer o mesmo processo, mas parou. Quanto a
185 pavimentação, o pneu pode sim ser reaproveitado para garantir um pouco mais
186 de elasticidade no revestimento, só que isto, exige um procedimento de
187 manufatura, seja para moer ou verificar a quantidade de aço que será
188 incorporado e isso em algum momento pode prejudicar o pavimento. Essa
189 solução do pavimento demandaria um pouco mais de recursos, seja do
190 empreendedor ou do poder público. No âmbito do Comitê, poderíamos sugerir
191 as melhores formas de reutilização desse material e fomentar nos projetos da
192 cidade para que esse material seja consumido, sem ser destinado ao aterro ou



193 ficar entulhado. O **Sr. Antônio Stroski** sugeriu que o tema seja encaminhado à
194 Câmara Técnica de Logística Reversa com maiores detalhes e ofereceu uma
195 contribuição mais objetiva de verificar junto a equipe de fiscais da SEMMAS um
196 levantamento mais apurado sobre o contexto de como estão acontecendo as
197 operações. Disse também que poderia solicitar assessoramento de outras
198 instituições para poder se posicionar. E levar para Câmara Técnica a discussão
199 de posse de informações sobre metas, compromissos e quantidades que foram
200 apurados nos últimos anos, e também apreciar as sugestões do Sr. Jefferson e
201 do Sr. Samir. A **representante do IPAAM, Sra. Rosa Marriete** falou que a
202 contribuição do Sr. Jefferson e do Sr. Samir são interessantes. E concordou em
203 encaminhar a discussão para Câmara Técnica. Também citou a alternativa de
204 utilização de pneus para esgoto de águas pluviais. Entre inúmeras
205 alternativas a questão é como irá ocorrer sua implementação. O **Sr. Antônio**
206 **Stroski** disse que as sugestões que forem sendo discutidas no âmbito da
207 Câmara Técnica serão absolvidas à medida que forem sendo feitas. Caso não
208 haja encaminhamentos em contrário, irá sugerir aos membros do Comitê que a
209 pauta seja remetida para Câmara Técnica **5**. O **Sr. Antônio Stroski** seguiu para
210 o próximo item de pauta. Falou que de acordo com ofício 003/2021,
211 encaminhado ao IPAAM, além dos pneus, é preciso verificar como está sendo
212 feitas a questão do recolhimento, tratamento, a destinação de pilhas e baterias;
213 lâmpadas fluorescentes; de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
214 embalagens de agrotóxicos seus resíduos e embalagens; as baterias de
215 chumbo ácido; embalagens e filtros de óleos lubrificantes; óleos lubrificantes
216 usados ou contaminados (OLUC); medicamentos vencidos ou em desuso. Para
217 todos esses setores, existem acordos setoriais firmados a nível nacional. Em
218 outros estados da federação foram firmados termos de compromisso com esses
219 setores. O encaminhamento é para que todos esses setores entrem na pauta
220 da Câmara Técnica de Logística Reversa e Coleta Seletiva e ficaremos no
221 aguardo das informações que foram solicitadas ao IPAAM para subsidiar o
222 trabalho de avaliação da Câmara Técnica. Particularmente irei acompanhar as
223 tratativas com a Sra. Rosevana e a Sra. Maria do Carmo. Lembrando que a Sra.
224 Rosa Marriete é a nossa porta voz dentro do IPAAM e que terá as informações



225 no tempo que o órgão puder disponibilizar. A **Sra. Rosa Marriete** reforçou que
226 é importante o compartilhamento de informações com o Comitê e a Câmara
227 Técnica de que já existem empresas prestando serviços nesses setores, como
228 por exemplo, a Manaus Limpa, que recolhe lâmpadas, mas não temos
229 informações de resultados e nem qual a destinação tem tomado. O **Sr. Antônio**
230 **Stroski** lembrou aos membros do Comitê, que o IPAAM recebeu a
231 recomendação 002/2020 do Ministério Público Federal, Ministério Público
232 Estadual e Ministério Público de Contas que trata da necessidade de o IPAAM
233 editar uma portaria para cobrar do setor industrial o compromisso com a
234 logística reversa. Foi elaborado um parecer técnico, mas não poderá ser feito
235 no tempo que os Ministérios Públicos estabeleceram, pois é necessário tempo
236 para reunir informações, fazer avaliação e saber o que era exequível, além de
237 ouvir o próprio setor da indústria de serviços que são envolvidos na logística do
238 ciclo desses produtos, visto que eles têm a experiência de saber quais ações, e
239 procedimentos funcionam. Após isto, poderíamos estabelecer compromissos
240 no processo de renovação de licenças ambientais. O **representante da**
241 **FECOMERCIO, Sr. Nílio Portella** informou ser sua primeira participação e
242 que tem interesse de se envolver junto aos assuntos do Comitê. Solicitou que
243 sejam enviadas informações das reuniões anteriores para que possa se inteirar
244 das situações que estão sendo discutidas. O **Sr. Antônio Stroski** agradeceu a
245 intervenção do Sr. Nílio e ressaltou a importância da participação da
246 FECOMERCIO no processo da logística reversa. Nessas tratativas existem os
247 setores atacadistas, os varejistas que comercializam uma grande quantidade de
248 produtos e que invariavelmente são dos setores acima citados. No Comitê
249 haverá encaminhamentos e deliberações que alcançam todos os seguimentos
250 que a FECOMERCIO representa. Reforçou o convite para que a participação
251 da FECOMERCIO aconteça efetivamente também nas Câmaras Técnicas que
252 ela já faz parte e não só no âmbito do Comitê. O **Sr. Nílio Portella** informou
253 que também é vice-presidente da Associação Comercial e disse não saber se
254 ela está incluída no Comitê, informou ainda que a associação está com diretoria
255 nova e o presidente, Sr. Jorge está executando um excelente trabalho.
256 A **representante da FIEAM, Sra. Renée Veiga** informou que em algumas



257 tratativas com a FECOMERCIO conversou com o Sr. Mário Tradós que
258 infelizmente faleceu em razão da covid-19. Estávamos em tratativas avançadas,
259 inclusive de verificar a possibilidade da FECOMERCIO em aderir ao TCLR com
260 a EURECICLO. Existe agora uma excelente oportunidade de retomar o assunto,
261 porque a participação do comércio é imprescindível para que a cadeia de
262 logística reversa possa funcionar aqui no Estado. Da mesma forma o Sr. Jorge
263 tem se mostrado um parceiro importante. Tem um grande destaque na área
264 ambiental e não tenho dúvidas de que vamos conseguir incluir todos os atores.
265 **A Sra. Renée Veiga** falou ainda que tinha uma reunião sem data marcada com
266 a diretoria da FECOMERCIO para apresentar como funciona o TCLR e se for
267 necessário poderia reagendar o compromisso juntamente com a EURECICLO,
268 o Sr. Antônio Stroski ou outro representante, para uma reunião virtual. O **Sr.**
269 **Antônio Stroski** informou ao Sr. Nílio que em outro momento a Sra.
270 Daniele Mota que faz parte do apoio administrativo do CERS irá informá-lo
271 das últimas deliberações, relatório e demais situações para um maior
272 entendimento de qual estágio se encontra as tratativas do setor da logística
273 reversa. **6.** A representante da **MNCR, Sra. Suelen Ramos** relatou a difícil
274 situação vivida pelos catadores neste período. Disse ainda que o MNCR está
275 ligado à dez empreendimentos, além de acompanhar dezessete
276 municípios. Destacou, que seria de grande ajuda se fosse possível demandar
277 em âmbito estadual, um auxílio emergencial aos catadores, principalmente para
278 aqueles que estão respeitando o isolamento. Tanto o Municipal, como o
279 Estadual, apenas cinco catadores foram contemplados com o auxílio
280 Manauara. Os catadores cobram liderança. Outra questão é a retomada dos
281 PEVS e da coleta seletiva porta a porta. A prefeitura está fazendo o
282 recolhimento nos PEVS dos varejistas, mas este é o único resíduo que chega
283 aos galpões além do que conseguimos com nossas articulações. Poderíamos
284 retornar com os PEVS da lagoa do Japiim e do Parque do Bilhares, onde os
285 moradores ligam solicitando a coleta. A mesma questão ocorre nos municípios.
286 Estamos conversando muito sobre logística reversa e esta questão tem
287 avançado mais que os outros tipos de resíduos. Não temos resposta a respeito
288 do aluguel dos galpões, isto gera preocupação. Em reuniões anteriores,



289 falamos sobre a questão dos equipamentos, gostaria de um retorno, se foi
290 direcionado ao Secretário Eduardo Taveira, para transmitir aos demais
291 catadores. Recebemos doações de cestas básicas, mas queremos
292 retomar os trabalhos e ter uma vida normal. Não tivemos muitas ocorrências de
293 catadores doentes por covid-19, apenas eu. O **Secretário Executivo do**
294 **Comitê, Sr. Antônio Stroski** complementou que quando o processo da covid-
295 19 ganhou força, toda a coleta seletiva foi suspensa por posicionamento
296 da SEMULSP. O Comitê participou em apoio aos catadores quando
297 encaminhou ofício ao Comitê de Crise, requisitando recolhimento de resíduos
298 em empresas que fazem a doação de resíduos recicláveis. O processo da
299 coleta seletiva porta a porta precisa ser retomado. Esclareceu que sobre os
300 PEVS do Lago do Japiim e outros parques, eles serão liberados de acordo com
301 o Decreto Estadual. Quando houver a possibilidade de incentivar o pleno
302 restabelecimento dos PEVS dos parques, o CERS o fará. Na questão da coleta
303 seletiva de porta a porta, a SEMMAS está à disposição da SEMULPS sobre
304 essas tratativas. Sobre a lista de catadores, disse acreditar que o Comitê possa
305 receptionar o pedido do auxílio emergencial. “Podemos receptionar,
306 subscrever, apoiar, encaminhar pedindo o que foi apresentado. A **Sra. Suelen**
307 **Ramos** socializou com todos, que a associação retomou a parceria com a Nova
308 Recicla que atente 45 catadores. Houve a necessidade de adaptação em outro
309 local onde ficam apenas oito catadores para não haver aglomeração no galpão.
310 Os demais são de rua e estão retornando aos poucos. Disse que conseguiram
311 deixar os catadores em casa por três meses, mas não é mais possível. O **Sr.**
312 **Ronaldo Mannarino** lembrou que o CERS tinha emitido uma manifestação
313 ao Comitê de Crise. Onde os membros do CERS concordaram não ser
314 atribuição do Comitê fazer ingerências a pagamentos de auxílio. **7.** O **Sr.**
315 **Antônio Stroski** explicou que a obrigação da administração municipal de
316 elaborar o plano está colocada na Lei Federal nº
317 12.305/2010, confirmando isto, a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Em
318 2012 a SDS com participação da Associação Amazonense dos Municípios,
319 elaboraram os planos de gestão integrada e foram entregues 54 ou 56 planos.
320 Com o passar dos anos foram observados que estes planos tiveram problemas



321 com diagnóstico e a ausência de diretrizes mais claras. O prazo máximo para a
322 revisão desses planos de resíduos, não podem ultrapassar o período de 10
323 anos, mas pelo conteúdo dos planos elaborados na época, já justificava uma
324 atualização. Essa discussão foi colocada em uma reunião com o Secretário
325 Eduardo Taveira presidente do CERS e acolhida por ele. Estamos aguardando
326 a consulta de disponibilidade do Fundo Estadual do Meio Ambiente para que
327 façamos a proposição, talvez nos mesmos arranjos que foram feitos em
328 2012. Os planos estão defasados do ponto de vista do novo marco regulatório e
329 com inconsistência. Na época eles eram um requisito para o licenciamento de
330 aterro e para que o município receba recursos de fontes oficiais como o
331 Ministério do Meio Ambiente, Funasa. Este é o cenário da revisão dos planos. O
332 **Sr. Ronaldo Mannarino** lembrou que na reunião com o Secretário Eduardo, o
333 mesmo falou em fazer uma reunião com todos os prefeitos e secretários
334 municipais de meio ambiente no dia 30 de março. Disse ainda que é preciso
335 fazer algo para apoiar a proposta do Sr. Antônio Stroski , sobre a revisão dos
336 planos, porque os municípios estão em uma difícil situação para discutir a
337 destinação correta de resíduos. O **Sr. Antônio Stroski** falou que o novo marco
338 do saneamento colocou um prazo para os municípios que acabou em 2020.
339 Para a região metropolitana de Manaus o prazo é de 2021 para resolver a
340 destinação final dos resíduos. A questão do lixão a céu aberto ainda
341 é um grande problema no Amazonas. Para tanto sugeriu formalizar a
342 necessidade de fazer uma linha de apoio aos municípios via fundo de recurso
343 estadual de meio ambiente para revisão desses planos de gestão integrada de
344 resíduos sólidos. O plano fará o diagnóstico da situação de cada município e
345 estabelecerá quais são as diretrizes que a administração deve seguir com
346 relação a adoção de um sistema adequado de aterro sanitário. Se vai adotar
347 sistema de tratamento de resíduos de saúde, unidade de compostagem de
348 resíduos vegetais, fazer descarte adequado de resíduos da construção civil,
349 enfim abranger tudo. A **Sra. Rosa Marriete** perguntou ao Sr. Antônio Stroski se
350 já foi discutido dentro do Comitê ou dentro de alguma Câmara Técnica sobre
351 mediação dos lixões, já que estão vislumbrando a revisão dos planos de gestão
352 de resíduos sólidos. O **Sr. Antônio Stroski** respondeu a Sra.



353 Rosa Marriette que o assunto ainda não foi discutido. Quem está realizando as
354 tratativas é o IPAAM. A **Sra. Rosa Marriete** falou que o IPAAM atualmente
355 trabalha com um quadro técnico reduzido. Existem alguns novos contratados e
356 o IPAAM está realizando treinamento interno para assumir a agenda. Foi feito
357 um seminário onde abordaram sobre a legislação vigente de resíduos sólidos,
358 com atenção ao novo marco regulatório e pela pressão que o IPAAM sofre em
359 relação ao Ministério Público e prefeituras para dar solução na questão dos
360 resíduos em sua destinação inadequada do lixo nos municípios. O **Sr.**
361 **Antônio Stroski** falou que a remediação de lixão é uma etapa de ação em
362 que o município tem que fazer em qualquer circunstância, mesmo que ele
363 mantenha a operação do lixão por algum tempo, ele tem que fazer a remediação
364 com a finalidade de diminuir os impactos ambientais e tornar a área em
365 condições operacionais até alcançar condições para ser desativado em dois ou
366 três anos. A obrigação de fazer a remediação é do IPAAM. Logo é preciso fazer
367 uma ação com os novos administradores para que eles adotem essa posição
368 do IPAAM e em paralelo a isso, escolher uma área para aterro sanitário e fazer
369 o licenciamento. Existem duas observações a fazer, em primeiro a Câmara
370 Técnica de Coleta Seletiva de Logística Reversa é composta por 10 instituições
371 a saber: SEMA, IPAAM, UFAM, FIEAM, MNCR, SEMUSLP, AAM, UEA,
372 SINDUSCON e a SEMMAS os membros destes órgãos estejam avisados que
373 iremos convocar reunião da Câmara Técnica onde precisamos receber a
374 demanda que recebemos hoje. A segunda é as instituições que eventualmente
375 estejam faltando ou estão deixando de participar das reuniões está colocado em
376 regimento. O **Sr. Ronaldo Mannarino** falou sobre a Associação Amazonense
377 dos Municípios e que há algum tempo não participa das reuniões e isto
378 atrapalha o andamento, como por exemplo, quando se tratar da remediação de
379 lixões e convocar todos os municípios é impraticável. A ausência deles também
380 atrapalha inclusive na questão do fundo estadual de meio ambiente, porque a
381 AAM seria a instituição adequada para fazer a coordenação dos trabalhos junto
382 aos municípios. O **Sr. Antônio Stroski** concordou que a AAM é a instituição
383 que efetivamente não pode faltar no processo de revisão dos planos de gestão
384 integrada de resíduos, e na remediação. Sugeriu fazer um levantamento da



385 ausência da associação e fazer um comunicado. O Comitê tem um arranjo muito
386 importante, funcional e objetivo que o Estado do Amazonas fez quando
387 estabeleceu a Política Estadual de Resíduos Sólidos através do decreto e temos
388 a condição de fazer uma contribuição objetiva para o Estado. Inclusive o IPAAM
389 nos próximos dias tem a implementação do Sistema Estadual de Resíduos. **8.**
390 Encerrados os itens de pauta e sem mais manifestações o **Secretário**
391 **Executivo do CERS, Sr. Antônio Stroski** encerrou a reunião. E não havendo
392 mais registros, eu Daniele Mota da Silva, apoio administrativo do CERS,
393 _____transcrevi a presente Ata de Reunião.

13

394
395

Secretária Executiva do CERS

